

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO DE 2019
1º SEMESTRE**

MAPUTO, AGOSTO DE 2019

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Enviar a (os):	Data
Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF	
Delegados Provinciais do CEDSIF	

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
CNDB	Centralização de NUIT e Domicílios Bancários
CUT	Conta Única do Tesouro
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico do Sistema de Administração Financeira do Estado
e-Tributação	Sistema Electrónico de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionário e Agente do Estado
GFP	Gestão de Finanças Públicas
IGF	Inspecção Geral de Finanças
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
IPA	Imposto Pessoal Autárquico
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
MAD	Módulo de Avaliação de Desempenho
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
MISAU	Ministério da Saúde
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MAP	Módulo de Administração de Pessoal
MN	Modelo de Negócio
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental

MEQP	Módulo de Elaboração de Quadro de Pessoal
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MPO	Módulo de Planificação e Orçamentação
MPOR	Manual de Planificação e Orçamentação
MRS	Módulo de Recrutamento e Selecção de Pessoal
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
PAA	Plano Anual de Aquisições
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PEFA	Programa de Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira
PEFP	Plano Estratégico das Finanças Pública
PRF	Preço de referência
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado
SNGP	Sistema Nacional de Gestão de Pensões
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
EU	União Europeia
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa
VPN	<i>Virtual Private Network</i>

Índice

1. INTRODUÇÃO	10
2. ACTIVIDADES EXECUTADAS	12
2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE.....	12
2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE	16
2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE.....	24
2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF.....	25
2.4.1 SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL	25
2.4.2 RECURSOS HUMANOS.....	29
2.4.3 GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	30
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	34
4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	34
5. PERSPECTIVAS PARA 3º TRIMESTRE	41
6. ANEXOS.....	44

SUMÁRIO EXECUTIVO

O relatório que se apresenta é relativo à dinâmica de implementação do Plano de Actividades e Orçamento do CEDSIF 2019 (PAO 2019), principal instrumento para a operacionalização dos Planos Estratégicos das Finanças Públicas 2016-2019 e do CEDSIF no período 2015 – 2019, e insere em destaque as seguintes realizações:

- Garantida a disponibilidade da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), o e-SISTAFE, para um total de **1.516** órgãos e instituições do Estado ao nível Central, Provincial e Distrital.
- Executada pela Via Directa (VD) **67,95%** da despesa total do Estado, isto é, efectuados pagamentos directamente para a conta do beneficiário final (fornecedores, prestadores de serviços, FAE, entre outros). Contribuiu para o alcance desse nível de execução, a descentralização da execução da despesa pela Via Directa para mais **18** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB), dentre as quais **3** de nível central e **15** provinciais. Refira-se que desde que o processo iniciou em 2006 foram descentralizadas **1.516** UGB, sendo **186** de nível central, **635** de nível provincial e **695** de nível distrital, o que equivale a **94,33%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, face às **1.607** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2019.
- Garantidas as condições tecnológicas e de suporte ao processo de pagamento de salários e remunerações através da Via Directa (VD) a **327.075** Funcionários e Agentes do Estado (FAE), de um total de **339.416** na situação de activo no Sistema Electrónico de Cadastro de FAE (e-CAF) e com Prova de Vida no mês de Junho de 2019, o correspondente a **96,35%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **320.397** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **94,39%** do total dos FAE na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida.
- Concluído o desenho e a harmonização do Certificado do Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas e Fornecedores de Bens e Serviços (CEF) com assinatura digitalizada, descentralizada a emissão de certificados de cadastro no CEF para as Direcções Provinciais de Economia e Finanças, feita a interoperabilidade entre o MPE e o MEX, visando garantir maior fluidez ao

processo de execução orçamental associada a incorporação patrimonial. Ainda no âmbito do Módulo do Património do Estado (MPE), teve início a elaboração do Modelo de Negócio referente à interoperabilidade entre o e-SISTAFE e os sistemas de atribuição de Visto do Tribunal Administrativo.

- Iniciado o processo de pagamento de salários no e-Folha com base na informação gerada pelo e-SNGRHE em 2 sectores, nomeadamente, o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) e Inspeção Geral das Finanças (IGF). No período em apreço, na componente de desenvolvimento de ferramentas que permitem efectuar o correcto registo e acompanhamento de todos os estágios do Ciclo de Vida dos FAE; (i) foi conferida maior dinâmica a algumas funcionalidades do e-SNGRHE, facilitando deste modo os procedimentos no processo de destacamento do FAE e de promoção/progressão por compensação e atribuição de conformidade extraordinária aos Processos Administrativos iniciados; e (ii) desenvolvidas novas funcionalidades com a função de corrigir ou anular extraordinariamente situações de omissão de informação na actualização dos Processos Administrativos dos FAE e introduzir os dados referentes à avaliação de FAE, que são diferentes dos que são utilizados na função pública, integrados no sector da Administração Tributária, nomeadamente, Tribunal Fiscal e Autoridade Tributária.
- Elaborado o Modelo de Negócio e desenho de solução referente a segunda entrega do e-Tributação, que compreende a administração dos Impostos de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e Colectivas (IRPC), de Imposto sobre a Produção Mineira, Imposto sobre Produção de Petróleo, Imposto sobre Superfície e Taxa sobre Combustíveis, cujas funcionalidades estão em processo de desenvolvimento, prevendo-se a sua finalização e operacionalização em Novembro de 2019; em curso o processo de integração entre o e-Tributação e o Sistema de Gestão das Máquinas Fiscais (SGMF) para a troca de informação sobre o Número Único de Identificação Tributária (NUIT); finalizada a fase da definição da arquitectura de integração entre os sistemas, no âmbito da implementação do processo de sincronização de NUIT entre o e-Tributação e o e-SISTAFE.

- Iniciados, no âmbito do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO), o desenvolvimento das funcionalidades do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO), a revisão do escopo do projecto para, nos termos da Lei 9/2002, de 12 de Fevereiro, tendo em consideração a integração de novos processos enquadrados na descentralização dos Órgãos de Governação Provincial, e os processos das autarquias para o desenvolvimento do MPO (Autárquico), actualizado o Modelo de Negócio para o desenvolvimento das funcionalidades do processo de elaboração e aprovação do Plano e Orçamento, de monitoria dos instrumentos de Planificação e Orçamento, bem como actualizada a proposta de revisão da legislação de Suporte ao SISTAFE, na componente do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO).
- Actualizado o Modelo de Negócio de Atribuição Automática de Código de Acesso ao e-SISTAFE, por forma a garantir que os dados (contactos) do utilizador sejam armazenados no sistema de gestão de acesso à aplicação (*Security Framework*). com vista ao envio das senhas de acesso ao e-SISTAFE.
- Actualizado o Modelo de Negócio da Revisão de Perfil Fase II, tendo passado o Administrador de Segurança da Unidade a designar-se Administrador de Segurança do e-SISTAFE, com a função de desenvolver a actividade para todas aplicações e o Agente de Conformidade (AGC) a exercer actividades em todas as aplicações designadamente: Módulo de Execução Orçamental (MEX), e-CAF, CEF, CBS e SNGRH, MPE e PRF.
- Concluída, no âmbito do projecto Sistemas de Gestão de Informação de Finanças Publicas (SGIFP), a implantação em pré-produção dos Quadros de Bordo com os indicadores da Visão das Finanças Públicas e dos Relatórios Financeiros do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), bem como a avaliação do concurso para contratação de serviços de formação em tecnologias *Microsoft*, usadas para suportar a operação da solução de extracção e análise de relatórios do e-SISTAFE (*Business Intelligence*).
- Iniciado o uso do SGB no processamento de pagamentos aos beneficiários do Programa Acção Social Produtiva (PASP) em **16** das **30** delegações do Instituto Nacional da Acção Social (INAS), sendo que das delegações que operacionalizam o SGB, **5** já efectuem o pagamento aos beneficiários do

Programa Subsídio Social Básico (PSSB) com o PASP. Prevê-se que as delegações das Províncias de Gaza, Sofala e Manica procedam ao pagamento aos beneficiários do PSSB no próximo mês de Julho.

- Disponibilizado o módulo de *Composições de Serviços de Obras* e revista a estratégia de operacionalização com foco na redução de custos, no âmbito de desenvolvimento e operacionalização do Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções (SINAGEC); e
- Reforçadas as competências técnicas dos actores envolvidos na execução de processos do SISTAFE e elevada a qualidade dos seus actos e o desempenho das instituições públicas com recurso à formação e reciclagem de **2.937** utilizadores, dos quais **543** são do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **177** na Incorporação de Bens Patrimoniais, **422** no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **1.028** no Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **267** Agente de Segurança (AS), **63** utilizadores no âmbito do e-SNGRHE e **437** Módulo de Elaboração Orçamental (MEO).

Refira-se que o Plano de Actividades e Orçamento de 2019 prevê a realização de **87** actividades, e destas estava previsto que tivessem início **73** no 1º semestre, sendo que foram iniciadas **71** actividades, o equivalente a **94,4%** do universo das previstas nesse período e a **81,61%** do universo programado no PAO 2019.

Para materialização dos progressos registados no 1º semestre do presente exercício económico, o CEDSIF contou com **313** colaboradores. Relativamente a execução orçamental, a despesa acumulada foi de **307.588.701,56 MT**, equivalente à **37.81%** da dotação orçamental actualizada do PAO 2019. Refira-se que a baixa execução resulta principalmente do complexo e vasto processo de contratação, após a disponibilização das dotações orçamentais.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF) é uma instituição pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira e funciona sob tutela do Ministro que superintende a área das Finanças.

O CEDSIF tem como atribuições nucleares prestar, a todos os Órgãos e Instituições do Estado, serviços de organização e modernização dos processos de gestão das Finanças Públicas, nomeadamente, nos domínios da gestão estratégica, da governação e do desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, bem como a sua implementação e operação.

Para o cumprimento das suas atribuições, o CEDSIF elaborou o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2019 (PAO 2019), o qual serve de principal instrumento para operacionalização do Plano Estratégico de Finanças Públicas 2016 -2019 e do Plano Estratégico do CEDSIF 2015 - 2019 (PE 2015-2019).

O PAO 2019, no presente exercício económico, prioriza a realização de acções com vista ao alcance dos seguintes objectivos: (i) Consolidar a reforma do SISTAFE; (ii) Dar continuidade a implementação do SISTAFE; (iii) Apoiar as instituições do Estado no desenvolvimento de sistemas complementares ao e-SISTAFE e (iv) Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional.

Para execução do PAO 2019, o CEDSIF teve uma dotação inicial de **578.358.490,00 MT**, tendo sido actualizada para **813.599.489,93 MT**, face a inscrição de saldos transitados do exercício económico do ano 2018 para 2019, de transferências das dotações orçamentais às Delegações Provinciais, e reforço da dotação dos recursos do Tesouro para o Projecto Sistema de Informação de Gestão de Finanças Públicas (SIGFP), o que resultou na variação de dotação no montante de **235.240.999,93 MT**, valor correspondente a **40,67%** da dotação inicial.

O presente Relatório compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF, no âmbito da execução do PAO 2019, e a sua estrutura, além do Sumário Executivo, incorpora os seguintes pontos:

1. Introdução.
2. Actividades executadas.
3. Balanço de execução orçamental.
4. Avaliação do desempenho.
5. Perspectivas para 3º trimestre de 2019.
6. Anexos.

2. ACTIVIDADES EXECUTADAS

O presente relatório compreende as actividades realizadas pelo CEDSIF no 1º semestre de 2019, nas componentes de consolidação da reforma e continuidade do SISTAFE, implementação de sistemas complementares do SISTAFE, bem como de funcionamento e desenvolvimento institucional, no âmbito da execução do PAO 2019.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE

Nesta componente foram melhorados os processos dos subsistemas existentes, tendo estes passado a responder com maior eficácia às exigências do contexto actual e às solicitações dos utilizadores, destinatários e beneficiários do e-SISTAFE, no âmbito das reformas previstas na Lei do SISTAFE, já implementadas e em processo de consolidação, sendo de realce, no período em análise, o seguinte:

- Descentralizada¹ a execução do orçamento no e-SISTAFE para mais **18** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB) por solicitação e a expensas das próprias UGB (vide anexo 3), dentre as quais **3** de nível central e **15** provinciais. Assim, desde que este processo iniciou em 2006, foram descentralizadas **1.516** UGB, dentre as quais **186** de nível central, **635** de nível provincial e **695** de nível distrital, o que equivale a **94,33%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, face às **1.607** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2019. Com efeito, actualmente das **154**² administrações distritais existentes, **148** elaboram e executam o seu orçamento directamente no e-SISTAFE, prevendo-se que as restantes 6 operem no e-SISTAFE logo que receberem o equipamento no início de 2020, no âmbito da Subvenção da União Europeia.

Esta descentralização permitiu que as UGB executassem na plataforma informática do SISTAFE (e-SISTAFE) despesas, obedecendo as três fases do processo de execução (cabimentação, liquidação e pagamento), o que contribuiu para que cerca de **67,95%** da despesa total do Estado fosse executada por Via Directa, conforme ilustra a tabela nº1

¹ Quando se faz referência a descentralização de UGBs está-se a referir ao acto traduzido pela execução orçamental efectiva por uma instituição na plataforma do e-SISTAFE.

² Os distritos que não estão ligados ao e-SISTAFE são 6, nomeadamente, Limpopo e Massangena (Província de Gaza) e Luabo, Mocubela, Derre, Mulevala (Província de Zambézia).

abaixo, face à meta de **82%** prevista para o ano de **2019**. Comparativamente a de igual período de 2018, cuja execução foi de **69,61%**, mostra que a execução da despesa do Estado pela Via Directa decresceu em **1,66%**.

Tabela 1: Execução da despesa do Estado pela VD no 1º Semestre de 2018 e 2019 em mil milhões de meticais

TIPO DE DESPESA (CED)	MAPA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO 1º SEMESTRE DE 2018 e 2019 - VD e INDIRECTA													
	1º SEMESTRE DE 2018 (Posição em 30/06/2018)							1º SEMESTRE DE 2019 (Posição em 30/06/2019)						
	Via Directa (VD)	% VD em cada linha de despesa	% da VD no Total da Despesa	Via Indirecta (AFU)	% AFU em cada linha Orc	% do AFU no Total da Despesa	Total VD+AFU	Via Directa (VD)	% VD em cada linha de despesa	% da VD no Total da Despesa	Via Indirecta (AFU)	% AFU em cada linha Orc	% do AFU no Total da Despesa	Total VD+AFU
Funcionamento	60.526,94	70,40	54,86	25.452,15	29,60	23,07	85.979,09	65.579,93	69,49	52,07	28.789,46	30,51	22,86	94.369,39
Salários e Remunerações	36.855,66	79,75	33,40	9.359,97	20,25	8,48	46.215,63	42.993,77	79,56	34,13	11.045,77	20,44	8,77	54.039,55
Demais Despesas com o Pessoal	1.186,32	70,01	1,08	508,20	29,99	0,46	1.694,52	1.765,33	78,80	1,40	475,04	21,20	0,38	2.240,38
Bens e Serviços	9.588,62	84,65	8,69	1.738,69	15,35	1,58	11.327,31	8.480,70	84,62	6,73	1.540,91	15,38	12,23	10.021,61
Encargos da Dívida	9.312,80	58,39	8,44	6.635,63	41,61	6,01	15.948,43	8.958,49	65,82	7,11	4.652,64	34,18	3,69	13.611,13
Transferências Correntes	3.048,72	29,96	2,76	7.127,72	70,04	6,46	10.176,45	2.705,34	19,80	2,15	10.959,43	80,20	8,70	13.664,77
Subsídios	384,82	100,00	0,35	-	-	-	384,82	512,55	100,00	0,41	-	0,00	0,00	512,55
Exercícios Findos	38,09	99,24	0,03	0,29	0,76	0,00	38,38	71,43	84,39	0,06	13,21	15,61	0,01	84,64
Demais Despesas Correntes	39,19	32,47	0,04	81,49	67,53	0,07	120,68	67,36	39,81	0,05	101,85	60,19	0,08	169,21
Despesas de Capital	72,71	99,79	0,07	0,15	0,21	0,00	72,86	24,96	97,67	0,02	0,59	2,33	0,00	25,56
Investimento Interno	8.374,82	80,13	7,59	2.077,03	19,87	1,88	10.451,85	11.065,54	438,36	8,79	2.329,83	161,64	1,85	13.395,37
Salários e Remunerações	491,52	68,12	0,45	230,01	31,88	0,21	721,54	533,32	87,93	0,42	73,18	12,07	0,06	606,50
Demais Despesas com o Pessoal	374,98	69,17	0,34	167,17	30,83	0,15	542,15	705,05	71,35	0,56	283,11	28,65	0,22	988,15
Bens e Serviços	1.778,07	82,97	1,61	365,05	17,03	0,33	2.143,12	2.643,90	96,38	2,10	99,22	3,62	0,08	2.743,11
Transferências Correntes	3,76	66,36	0,00	1,90	33,64	0,00	5,66	3,23	1,95	0,00	162,14	98,05	0,13	165,37
Exercícios Findos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	1,80	100,00	0,00	-	-	-	1,80
Despesas de Capital	5.726,49	81,35	5,19	1.312,90	18,65	1,19	7.039,39	7.178,25	80,74	5,70	1.712,19	19,26	1,36	8.890,44
Investimento Externo	4.107,98	85,34	3,72	705,54	14,66	0,64	4.813,52	3.437,85	79,05	2,73	911,16	20,95	0,72	4.349,01
Salários e Remunerações	469,01	98,39	0,43	7,66	1,61	0,01	476,67	382,59	98,96	0,30	4,02	1,04	1,04	386,61
Demais Despesas com o Pessoal	254,86	98,26	0,23	4,51	1,74	0,00	259,37	240,41	98,35	0,19	4,03	1,65	0,00	244,44
Bens e Serviços	2.016,53	78,97	1,83	536,92	21,03	0,49	2.553,45	1.441,47	67,65	1,14	689,40	32,35	0,55	2.130,88
Transferências Correntes	175,87	55,11	0,16	143,24	44,89	0,13	319,11	118,65	35,90	0,09	211,82	64,10	0,17	330,48
Exercícios Findos	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	1.191,71	98,90	1,08	13,21	1,10	0,01	1.204,92	1.254,72	99,85	1,00	1,89	0,15	0,00	1.256,61
Operações Financeiras	3.789,44	41,69	3,43	5.300,29	58,31	4,80	9.089,73	5.498,57	39,72	4,37	8.344,96	60,28	6,63	13.843,54
TOTAL (VD+AFU+Investimento+Operações Financeiras)	76.799,17	-	69,61	33.535,01	-	30,39	110.334,19	85.581,89	-	67,95	40.375,41	-	32,05	125.957,31

Fonte: Relatórios Demonstrativos Consolidados da Despesa com a posição de 30/06/2018 e 30/06/2019

Refira-se que existe uma relação directa entre a execução da despesa do Estado pela Via Directa (VD) e a descentralização de UGB, quando os demais factores que influenciam o percentual da execução da despesa pela VD se mantêm constantes, sendo que quanto mais UGB forem descentralizadas maior é a execução da despesa pela VD. Contudo, o nível de execução da despesa pela VD no 1º semestre de 2018 foi de **(69,61%)** e no 1º semestre de 2019 de **(67,95%)**, embora o número de UGB descentralizadas tenha variado de 1.497 no 1º semestre 2018 para 1.516 no 1º semestre de 2019, e o aumento, em termos absolutos da execução da despesa pela VD, foi de **76.799.170.000,00MT** no 1º semestre 2018 **85.581.893.234,20MT** no 1º semestre de 2019, e os demais factores que influenciam a execução da despesa pela Via Directa tiveram uma maior expressão.

- Garantida a disponibilidade da plataforma informática (e-SISTAFE) de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) a nível nacional, tendo contribuído para a execução da despesa por Via Directa, bem como para o pagamento de salários e remunerações aos Funcionários e Agentes do Estado. A disponibilidade de *sites* foi de **918** em Junho, o que equivale à **91,71%** do universo de **1.001 sites**. Portanto, **9,29%**, o equivalente a **93 sites**, estiveram indisponíveis por avarias dos equipamentos, problemas de rede da Moçambique TELECOM (Tmcel) e energia. A dinâmica comportamental de *sites* no 1º semestre de 2019, quanto à disponibilização e operacionalização do (e-SISTAFE) ao nível Central e Provincial é ilustrada na seguinte tabela 2.
- Refira-se que de 14 a 31 de Março, face à devastação causada pelos Ciclones IDAI e keneth, as províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Cabo Delgado, em proporções diferentes, perderam acesso ao e-SISTAFE, pois **56 sites** se tornaram indisponíveis. Contudo, durante o período de crise, foram activadas as ligações redundantes de fornecimento de rede de dados via provedor Movitel.

Tabela 2: Disponibilidade de *Sites* Registada no 1º semestre de 2019

Meses		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Nr. de <i>Sites</i> do e-SISTAFE	Total	1.005	1.005	1.005	1.002	1.001	1.001
	Disponíveis	957	937	881	917	926	918
	Indisponíveis	48	68	124	85	75	93
	Disponíveis %	95,22	93,23	87,66	91,51	92,51	91,71

Fonte: e-SISTAFE

- Garantida plataforma tecnológica de suporte ao Processamento de Salários para atender ao preceituado no Decreto nº 75/2017, de 27 de Dezembro, que aprova medidas de contenção de despesas públicas e os ajustes na tabela salarial

aprovados pelo Governo para o presente exercício económico, o que culminou com a continuidade do pagamento de salários e remunerações dentro da normalidade, possibilitando o pagamento por Via Directa (VD), de **327.075** FAE de um total de **339.416** na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida, o correspondente a **96,36%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **320.397**, número superior ao de igual período de 2018 que foi de **312.890**, tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **94,39%** do total dos FAE, face aos **91,23%** registados em período homólogo de 2018.

- Capacitado um universo de **2.937** utilizadores do e-SISTAFE, diante de uma meta anual de **1.100** utilizadores, contra **2.132** registados em igual período no exercício económico de 2018, sendo que **543** beneficiaram de capacitação em matérias do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **177** de Incorporação de Bens Patrimoniais, **422** de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **1.028** de Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **267** de Agentes de Segurança (AS) e **63** utilizadores e **437** Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), no âmbito do e-SNGRHE. Pretende-se com estas capacitações melhorar as competências técnicas dos actores envolvidos na execução de processos do SISTAFE e na melhoria da qualidade dos seus actos e do desempenho das instituições públicas.
- Providenciado o serviço de assistência ao utilizador do e-SISTAFE, tendo sido registados **5.437** solicitações dos utilizadores, dos quais foram resolvidos **4.932**, o que corresponde a **90,71%**. Dentre as solicitações registadas, merecem destaque **1.634** dos Serviços Bancários relacionadas com a fixação de descontos de financiamento aos Funcionários e Agentes do Estado; **662** casos do e-CAF referentes à manutenção de dados de Funcionários e Agentes do Estado (actualização de dados pessoais e a falta de realização da prova de vida no mês do aniversário); **522** dos Sistemas Paralelos derivados do processamento e impressão de folhas de salários processadas via Sistema Nacional de Vencimentos (SNV), disponibilização de ficheiro padrão; e **277** respeitantes à Manutenção do Credor (actualização de dados dos credores singulares ou colectivos, com valores a receber, face aos serviços prestados ou bens fornecidos ao Estado, que implicam pagamentos no MEX), conforme a tabela 3.

Tabela 3: Solicitações de Apoio ao Utilizador registadas no 1º Semestre de 2019

Aplicação/Serviço	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Total	Total Geral
e-CAF	91	119	93	117	132	110	662	5.437
e-Folha	39	59	25	27	24	28	202	
e-SISTAFE	61	74	45	60	51	50	341	
Gestão Património *	1	1	2	1	1	1	7	
MEX	54	26	52	54	58	33	277	
Security	22	19	26	25	25	10	127	
Serviços Bancários	472	499	581	587	559	488	3.186	
Sistema Paralelo	88	64	80	104	107	79	522	
Serviço Operação	18	4	10	6	23	22	83	
MPE	4	2	4			5	15	
CBS		2	1				3	
e-Inventário	0	1	0	2	0	1	4	
SNGP	1	1	2	0	1	3	8	

*Património do CEDSIF

Relativamente à Consolidação da Reforma do SISTAFE, foram registados progressos no Módulo de Execução Orçamental, com maior incidência na identificação de deficiências e implantação de melhorias no e-SISTAFE, sendo de realçar os seguintes:

- Foi dada continuidade ao trabalho integrado de acompanhamento das rotinas de encerramento do exercício económico de 2018 e abertura do relativo ao 2019, respeitantes à Fase II, que consiste em proceder ao apuramento de saldos finais a constar nos processos de prestação de contas e relatórios finais relativos ao exercício económico de 2018; procedido ao levantamento de necessidades do encerramento do exercício de 2019 e abertura de 2020, na perspectiva de melhorar os processos no Módulo de Execução Orçamental; e actualizado o Modelo de Negócio de encerramento de exercício 2019 e abertura 2020 com o objectivo de garantir as melhorias necessárias no processo de encerramento e abertura;
- Elaborado o Modelo de Negócio de Descontos Bancários que servirá de suporte à concepção do Módulo de Retenção na Fonte de Descontos Bancários, tendo em vista garantir a gestão do processo de retenção na fonte dos descontos derivados de créditos concedidos pelos Bancos Comerciais (BCOM) e de Micro - Finanças aos Funcionários e Agentes de Estado (FAE); validadas as respectivas especificações de casos de uso e funcionalidades em uso no processamento e pagamento de salários;
- Actualizado o Modelo de Negócio de Descontos Bancários para inclusão no relatório de interrupção de descontos bancários dos FAE que, embora com

insuficiência de saldo para desconto, estejam inseridos na folha de salário. Refira-se que este Modelo permite que seja extraída a informação de retenção de descontos bancários numa única plataforma incluindo todas aplicações de processamento de salários ou pagamentos;

- Elaborado o Modelo de Negócio de Retenção na Fonte dos Descontos obrigatórios derivados de cobrança de emolumentos pelo TA, tendo sido criado um mecanismo de fixação obrigatória do referido desconto. Neste sentido, foram validadas especificações de casos de uso e funcionalidades para manter Visto do FAE, fixar abono, desconto e manter o funcionário para garantir a retenção na fonte dos descontos obrigatórios referente a cobrança de emolumentos pelo TA;
- Prestado serviço de manutenção ao sistema, bem como de suporte às unidades de supervisão e de apoio aos utilizadores, aos sectores na execução de despesa e de descontos não obrigatórios (pensão alimentar, judicial e outros descontos), com realce do agendamento de Relatórios de acompanhamento da despesa e receita no MEX, actualização e saneamento de NUIT, atribuição de Perfil Indefinido e retenção na fonte;
- Actualizado o Modelo de Negócio dos Relatórios de Gerência para permitir que se inclua, mantenha e retire os sectores prioritários via funcionalidade e-SISTAFE, mostre a execução das despesas nos sectores considerados estruturantes, e homologadas 3 especificações para o efeito, na componente de Relatórios Gerenciais;
- Alargada a base de operações contabilística e, por conseguinte, a dinâmica das suas operações, face à actualização do Plano Básico de Contabilidade Pública (PBCP), que passou a incluir novas contas, operações e objectos contabilísticos;
- Actualizado, no âmbito da identificação de deficiências e implantação de melhorias no e-SISTAFE, o Modelo de Negócio de Adiantamento de Fundos ao Credor no que concerne à anulação de descontos com garantia bancária, e homologadas 4 funcionalidades para efeitos de sustento técnico das alterações efectuadas, visando a operacionalização do pagamento de valor adiantado mediante garantia, no âmbito da implementação do Módulo do Património do Estado (MPE);

- Garantida, no MEX, a liquidação das despesas do MPE referentes a Bens/Serviços já adquiridos, aceites e até liquidados. Neste sentido, foi efectuado o levantamento de requisitos para alteração do negócio de conformidades, e homologadas 2 especificações de conformidade processual, no âmbito do MPE;
- Elaborado o Modelo de Negócio de Auditoria para a aplicação MEX, visando melhorar a gestão, monitoria e o controlo dos processos das aplicações existentes no e-SISTAFE por diversas entidades externas. Nesta perspectiva, as aplicações passarão a facultar às entidades externas informação auxiliar às auditorias sobre pagamentos efectuados a favor de um determinado Domicílio Bancário/NUIT, incluindo os efectuados por unidades de cadastro/associação de Domicílio Bancário, de Ordens de Pagamentos a favor de um determinado credor, e de transacções efectuadas por um determinado utilizador;
- Actualizado o Modelo de Negócio de Atribuição Automática de Código de Acesso ao e-SISTAFE (1ª fase) e validadas as respectivas especificações e funcionalidades, para garantir que os dados (contactos) do utilizador sejam armazenados no sistema de gestão de acesso à aplicação (*Security Framework*), devendo posteriormente ser desenvolvidas e operacionalizadas as melhorias feitas no Modelo de Negócio; e
- Actualizado o Modelo de Negócio da Revisão de Perfil fase II, no âmbito de manutenção e melhorias, tendo o Administrador de Segurança da Unidade passado a designar-se Administrador de Segurança do e-SISTAFE e operar em todas aplicações. A actualização foi extensiva à figura de Agente de Conformidade (AGC), lhe atribuindo um perfil que acede aos diferentes actos administrativos no CAF em matérias de conformidade; do processo foram feitas alterações do perfil do Agente de Programação Financeira no sentido de corresponderem a nova visão do seu perfil.

Quanto ao CAF e e-Folha, na manutenção preventiva, correctiva e evolutiva de funcionalidades, merecem destaque:

- Actualização do Modelo de Negócio do CAF/e-Folha no âmbito do Decreto nº 75/2017, que visa garantir que os FAE que não constam no CAF sejam

cadastrados/regularizados, salvaguardando os direitos adquiridos quanto ao abono especial;

- Elaboração do Modelo de Negócio do Pagamento de Retroactivos de Horas Extras dos médicos em abonos específicos. Refira-se que foi melhorado o processo de cálculo de salários, incluindo pagamentos de abonos, o que melhorará o controlo de processamento de abonos de salário; e
- Actualização dos Modelos de Negócio do CAF. Assim, no âmbito do Cadastro de Funcionários com impressões digitais já existentes no servidor, o CAF permitirá que a regularização de um FAE ocorra automaticamente no SNGRH e as impressões dos FAE estejam reflectidas nas diversas aplicações de (SNGRH, SNGP e CAF) e sejam migradas para o novo dispositivo as impressões ainda em falta do FAE. Para efeito de implementação das alterações efectuadas, foram validadas as especificações dos casos de uso quanto ao cadastro de funcionários públicos, Prova Vida Presencial Funcionário Público, Prova Vida Presencial Funcionário Público, Regularizar Funcionário Público Ausente e o que tem Impressões Digitais Coincidentes.

Refira-se que foi feita alteração do CAF para a inclusão de nova tecnologia de gestão de dados biométricos em uso no SNGRHE e no Sistema Nacional de Gestão de Pensões (SNGP), sendo que esta alteração permitirá a comparação dos dados biométricos com maior celeridade, bem como capacidade de armazená-los, mas garantindo em simultâneo o registo de casos de duplo cadastro do funcionário.

As realizações registadas ao longo do 1º semestre permitiram que a plataforma electrónica do SISTAFE, o e-SISTAFE, registasse melhorias correctivas e evolutivas e que as instituições do Estado continuassem a executar as suas despesas pela Via Directa através do e-SISTAFE, cujos sites registaram uma disponibilidade média de **91,98%**, tendo o pico mais baixo sido registado no mês de Março **87,66%**, resultado da ocorrência dos ciclones IDAI e Keneth.

2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE

Visando dar continuidade à implementação das reformas previstas na Lei do SISTAFE, que se mostram fundamentais para a boa Gestão das Finanças Públicas, o CEDSIF realizou uma série de acções, tendo obtido os seguintes resultados:

2.2.1. Projecto e-Tributação

No período em apreço, no sentido de aproximar a Administração Fiscal aos cidadãos e simplificar o processo de tributação através da construção de novos postos fiscais e da implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (e-Tributação, Janela Única Eletrónica), foi:

- Dada a continuidade aos trabalhos de integração entre o e-Tributação e o Sistema de Gestão das Máquinas Fiscais (SGMF), para permitir a troca de informação sobre o Número Único de Identificação Tributária (NUIT);
- Definida a arquitectura de sistemas de sincronização de NUIT, entre o e-Tributação e o e-SISTAFE, estando em curso o seu desenvolvimento;
- Desenvolvido o Sistema de Pagamentos ao Estado, cujos testes a serem levados a cabo pela SIMO encontra-se dependente das actividades que deverão ocorrer ao nível do e-BAÚ; e
- Elaborado o Modelo de Negócio e desenho de solução referente a segunda entrega do e-Tributação, em curso o desenvolvimento das respectivas funcionalidades, nomeadamente, de administração dos Impostos de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e Colectivas (IRPC), de Imposto sobre a Produção Mineira, Imposto sobre Produção de Petróleo, Imposto sobre Superfície e Taxa sobre Combustíveis, estando previsto que seja finalizado e operacionalizado em Novembro de 2019.

No desenvolvimento da Interoperabilidade entre o e-SISTAFE e a Janela Única Electrónica (JUE), que compreende a classificação e comunicação automática da receita entre as Alfândegas e o Tesouro, está por finalizar a elaboração das especificações técnicas após a análise de requisitos pela empresa responsável, a MCNET, no âmbito da implementação da **Rede de Cobrança**.

2.2.2 Projecto Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)

No decurso da implementação do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) registaram-se progressos, com destaque para a conclusão do desenho e harmonização do Certificado do Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas e Fornecedores de Bens e Serviços (CEF) com assinatura digitalizada, bem como para a

descentralização da emissão de certificados de cadastro no CEF para as Direcções Provinciais de Economia e Finanças, tendo sido para o efeito previamente adquiridos **24 scanners** os quais foram distribuídos às Direcções Provinciais de Economia e Finanças, para permitir que os respectivos Departamentos de Património passem a desmaterializar os documentos, fazendo o tratamento no sistema, e emitir os certificados de cadastro com assinatura digitalizada no CEF. Ainda no âmbito do MPE, foi registada a interoperabilidade entre o MPE e o MEX, visando garantir maior fluidez no processo de execução orçamental associada a incorporação patrimonial; iniciada a discussão técnica de definição do conceito e a elaboração do Modelo de Negócio referente a interoperabilidade entre o e-SISTAFE e os sistemas de atribuição de Visto do Tribunal Administrativo.

Na expansão de funcionalidades do MPE, na incorporação de bens por Via Directa, estão em curso as actividades de suporte e de monitoria nas unidades que operam no MPE e em execução as actividades para solucionar os problemas identificados do processo de monitoria. Assim, foi actualizado o Negócio e o Sistema para que os documentos de curta duração sejam exigidos apenas na concepção do Contrato; e, para efeito de execução da despesa, sejam validados uma única vez em cada exercício económico, o fluxo de regularização não exija quaisquer documentos de curta duração, também foram implantadas as funcionalidades de estornos e anulações de processos do MPE no MEX.

Quanto à harmonização e gestão de mudança associada ao MPE, foram realizadas sessões de reciclagem da equipa de monitoria que cobrirá tecnicamente à evolução e apropriação dos processos, seminários com todas as Unidades que estão a operar no MPE, incluindo 16 Ministérios, que não estão a operar no MPE, e instituições sob sua alçada; com o objectivo de divulgar e sensibilizar aos demais participantes sobre a pertinência da gestão de mudanças na operacionalização do MPE. Também foi elaborada a primeira versão do Guião do Utilizador e definidos os actores, papéis e responsabilidades, fases e prioridades, o público-alvo e as formas de comunicação eficazes, no âmbito da melhoria do processo de gestão de mudança.

2.2.3. Projecto Subsistema de Planificação e Orçamentação

Para adopção da plataforma informática, designada Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO), (i) foram contratados **7** consultores, dos quais **3** pela União Europeia (EU) e **4** ao abrigo do apoio da Agência dos Estados Unidos da América para o

Desenvolvimento Internacional/Ministério da Saúde, tendo, no período em referência, iniciado o desenvolvimento das funcionalidades do referido Módulo; (ii) paralelamente, nos termos da Lei 9/2002, de 12 de Fevereiro, estão em desenvolvimento as funcionalidades do Módulo de Planificação e Orçamentação, tendo em consideração a alteração do escopo do projecto derivada da necessidade de integração de novos processos respeitantes à descentralização dos Órgãos de Governação Provincial e as autarquias; (iii) actualizado o Modelo de Negócio para o desenvolvimento das funcionalidades dos processos de elaboração e aprovação dos Planos e Orçamento, de monitoria dos instrumentos de Planificação e Orçamento, bem como actualizada a proposta de revisão da legislação de Suporte ao SISTAFE, na componente do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO); e (iv) estão em processo de adequação os documentos existentes com conceitos e especificações do SPO e MPO, para atender as especificidades previstas na lei das Finanças dos Órgãos de Governação Descentralizada, incluindo as Autarquias.

2.2.4. Projecto Subsistema de Controlo Interno

No âmbito do desenvolvimento deste projecto, foram concluídos os Modelos de Negócios dos dois processos, nomeadamente, de Gestão da Programação de Controlo Interno e a de Gestão das Listas de verificação. Igualmente, conforme o previsto no PAO 2019, está na fase de desenvolvimento o sistema informático para suportar o primeiro processo, prevendo-se que seja concluído em finais de Dezembro.

2.2.5. Projecto Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas

Com vista a flexibilizar o acompanhamento da evolução da gestão das finanças públicas, com base em informação detalhada sobre o orçamento e despesa dos programas basilares por todos os sectores, foi concluída a disponibilização em pré-produção dos Quadros de Bordo³ com os indicadores da Visão das Finanças Públicas e dos Relatórios Financeiros do MINEDH.

Ainda no âmbito deste projecto, foi concluído o processo de aquisição do equipamento para suportar toda a solução do *Business Intelligence* (BI), tendo sido recebidos novos servidores e discos para armazenamento de dados; concluída a avaliação do concurso para contratação de formações em tecnologias *Microsoft*, usadas para suportar a operação da

³ Os Quadro de Bordo são ferramentas de suporte aos gestores na monitoria de indicadores em várias vertentes, quer no acompanhamento de actividades, do desempenho e definição de cenários, visando auxiliar à tomada de decisões.

solução de *BI* e também licenciados os Servidores de Integração SQL da Solução de *BI* do Projecto a partir de licenças cedidas pelo INAGE.

2.2.6. Projecto Sistema de Gestão Autárquica

No período em apreço, foram aprovados os documentos estruturantes do projecto (pareceres técnicos CUT, perfis de utilizadores, classificadores, estrutura funcional e denominações e siglas, bem como diploma e despacho criando as UF), validas funcionalidades do MRUE, definidos e harmonizado o escopo do *security framework* do SGA e estabelecida a metodologia de inclusão das Autarquias nos Módulos do MEO e MPO.

Assim, no sentido de operacionalizar o SGA, foram realizadas sessões de indução sobre o SISTAFE e e-SISTAFE às Autarquias de Lichinga, Cuamba, Pemba, Montepuez, Mocuba, Quelimane, Nampula, Nacala Beira, Dondo, Gorongosa, Nhamatanda Chimoio, Gondola, e Inhambane, Maxixe, Massinga, Chibuto, Xai-Xai, Manhiça, Vila de Boane e das Cidades de Maputo e da Matola. Adicionalmente, foi feito o levantamento de requisitos de negócio e das condições técnicas e humanas para a operacionalização do e-SISTAFE Autárquico nas Autarquias das Cidades de Maputo e Matola e da Vila de Boane, seleccionadas para a primeira fase do piloto, e capacitados 40 técnicos em matérias de utilização do e-SISTAFE e do MEO. Quanto à formação dos técnicos identificados nas restantes autarquias, está prevista que ocorra no segundo semestre.

Na componente operacional, foi (i) produzido o Modelo de Negócio do Módulo de Repositório Único de Entidades (MRUE) e validadas as respectivas funcionalidades; (ii) está sendo produzido o Modelo de Negócio do Módulo de Balcão de Atendimento Multicanal (MBAM), bem como aprimoradas as funcionalidades do *Security Framework* dos Módulos de Elaboração Orçamental (MEO) e de Execução Orçamental (MEX) para que as Autarquias possam elaborar os seus Orçamentos com base no e-SISTAFE e executá-los no sistema com início em Janeiro de 2020.

Os progressos tidos, nesta componente, permitiram dar passos significativos para o desenvolvimento e, em alguns casos, para a finalização do essencial dos módulos dos subsistemas previstos na Lei do SISTAFE ainda não concluídos, sendo os casos do MPO, MPE, SCI, e-Tributação, SGA, e contribuíram para consolidar o processo de pagamento de salários dos Funcionários e Agentes do Estado com base na informação gerada pelo e-SNGRHE.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE

No âmbito do apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, merecem destaque as seguintes realizações:

2.3.1 Projecto Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado

No âmbito da introdução da plataforma electrónica e-SNGRHE, que compreende as funcionalidades do ciclo de vida do Funcionário e Agente de Estado (FAE), foram registados progressos, a saber:

- Enquadrada na operacionalização da fase III do piloto do e-SNGRHE, iniciou o processo de pagamento de salários no e-CAF com base na informação do e-SNGRHE em dois sectores, nomeadamente, no Ministério da Administração Estatal e Função Pública e na Inspeção Geral das Finanças. Refira-se que está foi estabelecido como meta anual que 34 instituições processem o salário com base na informação gerada pelo e-SNGRHE. Neste sentido, decorrem trabalhos de actualização de dados dos sectores alvo de expansão no sistema, devendo sanar das discrepâncias de dados dos FAE entre o e-CAF e o e-SNGRHE e existência de processos dos FAE pendentes de actualização, factos que estão em resolução;
- Conferida maior dinâmica a algumas funcionalidades do e-SNGRHE, por um lado, flexibilizando o processo de destacamento do FAE, ao dispensar do processo a avaliação de desempenho e, por outro lado, passando o Tribunal Administrativo a anotar o acto de destacamento em vez de atribuir Visto; disponibilizada nova funcionalidade de promoção/progressão por compensação, que permite ajustar o FAE na posição equivalente, considerando o tempo que não se beneficiou de actos administrativos e (iv) disponibilizada a funcionalidade que permite efectuar a contagem de tempo do FAE no e-SNGRHE; e
- Desenvolvidas duas novas funcionalidades, sendo que uma tem a função de corrigir ou anular extraordinariamente situações de omissão de informação na actualização dos Processos Administrativos dos FAE e a outra com a de introduzir os dados referentes à avaliação de FAE que estejam integrados no sector da Administração Tributária, nomeadamente, Tribunal Fiscal, Autoridade Tributária; e melhoradas quatro funcionalidades, nomeadamente, de carreira, comissão de serviço, mudança de carreira e de parecer do Tribunal Administrativo, se reflectindo a função desta

última na acção de conformidade extraordinária dos Processos Administrativos iniciados.

2.3.2. Projecto Sistema de Gestão de Beneficiários do INAS

No âmbito da operacionalização do Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Protecção Social Básica (SGB), iniciado o uso do SGB no processamento de pagamentos aos beneficiários do Programa Acção Social Produtiva (PASP) em **16** das **30** delegações do Instituto Nacional da Acção Social (INAS), sendo que das delegações que operacionalizam o SGB, **5** já efectuam o pagamento aos beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB) com o PASP.

As realizações registadas ao longo do 1º semestre permitiram que se procedesse ao lançamento oficial do Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Protecção Social Básica.

2.3.3. Projecto Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção

Para viabilizar a operacionalização do projecto, tendo em conta a fraca disponibilidade financeira, foi produzida e submetida à aprovação ministerial uma nova estratégia, que consiste em utilizar os recursos humanos, materiais e viaturas das Direcções Provinciais do MOPHRH no projecto, inclusive no trabalho de colecta de preços no mercado. Esta estratégia proporcionará uma redução de custos no período de 4 anos, de **337.632.514,94 MT** para **104.945.690,72 MT**, sendo que, na base deste orçamento, o MOPHRH está orientando os seus trabalhos no sentido de obter financiamento para operacionalização do SINAGEC.

Actualmente, está em adequação o plano do SINAGEC ao Projecto de Desenvolvimento Urbano e Local, gerido pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública, com financiamento do Banco Mundial. Refira-se que no âmbito do desenvolvimento de sistema informático, foi disponibilizado o módulo de *Composições de Serviços de Obras*.

2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF

No período em referência foram elaborados os instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, de padrões de qualidade, de segurança de informação, de recursos humanos, de gestão de contratos e de execução orçamental.

2.4.1 Serviços de Suporte Institucional

Para assegurar a realização de actividades de coordenação das reformas da Gestão das Finanças Públicas, bem como as de implementação do e-SISTAFE constantes do PAO 2019, no âmbito do cumprimento do Plano Estratégico 2015-2019, foram realizadas as seguintes acções:

- No domínio de instrumentos de gestão do CEDSIF, foi: (i) aprovado o Manual de Procedimentos de Planificação; (ii) elaborados e aprovados os Relatórios Anual de Execução das Actividades do PAO 2018 e o relativo à Execução do PAO 2019 no 1º trimestre; e (iii) está em elaboração o Plano Estratégico do CEDSIF para o período 2020-2024, bem como o Plano de Actividades e Orçamento do CEDSIF de 2020, no âmbito do processo de planificação, acompanhamento, monitoria e avaliação das actividades; e
- Inscritos, na componente de gestão orçamental, os saldos transitados de 2018 para 2019, revistas as necessidades orçamentais por Unidade Orgânica da Instituição na Fonte de Recurso de Receitas Próprias e redistribuído o orçamento do PAO 2019 para cobrir défices em rubricas críticas de funcionamento da instituição e do Sistema face às prioridades, tendo em vista garantir a execução do PAO 2019.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SQC), baseado na Norma ISO 9001, foi concluída a auditoria ao processo de retenção na Fonte de Descontos não Obrigatórios e elaborado o respectivo relatório, tendo sido partilhado a nível da instituição para possíveis comentários; em execução as acções correctivas face aos resultados da Auditoria de Concessão Fase I para certificação do SGQ pela norma NM ISO 9001:2015; concluído e harmonizado o Manual de Qualidade do CEDSIF, a servir de instrumento orientador na gestão de processos da organização e, por conseguinte, melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo CEDSIF, socializado o Manual de Procedimentos de Elaboração de Documentos com o Secretariado para efeitos de divulgação a todos os colaboradores do CEDSIF; e a aprovado o programa de Auditorias Internas ao SGQ. Com a execução destas actividades pretende-se garantir a implementação o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001.

Para assegurar a melhoria contínua do CEDSIF, foi concluída a elaboração dos manuais de procedimentos das competências organizacionais, nas componentes de

desenvolvimento de aplicações, prestação de serviços de formação, auditoria interna, gestão de comunicação e imagem, gestão de recursos humanos, em resposta à exigência em matérias da qualidade e certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do CEDSIF.

Refira-se que ainda em relação às competências organizacionais, realizou-se uma Consultoria para a Inovação Organizacional, tendo permitido ao CEDSIF avaliar o progresso alcançado na implementação do modelo de gestão proposto em 2016, aquando da consultoria para a identificação e mapeamento de processos, bem como mapear os macroprocessos críticos da cadeia de valor de produtos e serviços do CEDSIF, incluindo identificação de riscos, oportunidades e indicadores de desempenho.

No âmbito da implementação do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), baseado na Norma ISO 22301, (i) foram formados **60** colaboradores em matérias de combate a incêndios e primeiros socorros, em curso o saneamento das inconformidades identificadas no sistema de detecção e combate a incêndios do CEDSIF; (ii) feita a recolha, registo e armazenamento de **47** cópias de segurança; (iii) elaborada e apresentada a proposta dos procedimentos alternativos para pagamentos de despesas em caso de ocorrência de emergência; (iv) realizado com sucesso o teste de Recuperação de Desastres cenário 2, prevendo-se a realização do próximo teste no dia 31 de Agosto, e, neste sentido, estão em curso os trabalhos preparativos; (v) aprovado e divulgado o Plano de Acção de Emergência; (vi) garantida a segurança e funcionamento pleno dos sistemas de gestão de infraestrutura de apoio aos Centros de Dados através da monitoria diária, que culminou com a elaboração de **63** relatórios e realização de **8** intervenções de manutenção preventiva e correctiva. No período em apreço, foi efectuada a transferência da gestão de infraestrutura de apoio aos Centros de Dados para o Serviço de Operações no seguimento da reestruturação organizacional em conformidade com as novas competências organizacionais.

Relativamente a implementação do Modelo de Gestão de Riscos, em conformidade com as normas ISO 31000 e 27005, (i) foi feito o mapeamento de riscos associados ao projecto SGIFP e está em curso o mapeamento dos riscos do processo de atendimento ao utilizador (ii) elaborada e harmonizada análise de risco para entrada em produção da versão 1.0 da *API Gateway* (integração de sistemas externos ao CEDSIF).

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), baseado na Norma ISO 27001, (i) foi efectuada a manutenção preventiva e correctiva do sistema de controlo de acessos e relógio de ponto tendo sido cadastrados 8 consultores para o projecto SPO e 1 consultor para DCR, 6 estagiários alocados a UGSI e DAF, e 7 colaboradores. Ainda neste período, foram; (i) registado um total de 52 incidentes, autorizada a execução de 392 *scripts*, autorizados 139 restauros, recebidos e tratados 32 pedidos de informação pelas entidades externas. (ii) elaborados os termos de referência para contratação de uma consultoria que irá prestar serviço de revisão ao SGSI, com vista a certificação na Norma ISO 27001, foi efectuada uma avaliação prévia ao SGSI, abrangendo 8 domínios, e elaborados os respectivos relatório e matriz de recomendações.

Com vista a assegurar a melhoria contínua e proporcionar um elevado nível de segurança aos sistemas de informação, minimizar a exposição dos processos de negócio ao risco e garantir o alinhamento, foi elaborado o plano anual das auditorias do SGSI, devendo ocorrer no 3º trimestre, numa acção de auditoria conjunta sob coordenação do SCI. Igualmente, foi feita sensibilização sobre a importância do uso das Normas de Segurança nas actividades diárias dos colaboradores e sobre a divulgação do Plano de Emergência, tendo abrangido um total de 165 colaboradores;

No domínio de assistência jurídica à instituição, com vista a garantir a conformidade legal dos actos e processos internos, foram realizadas actividades de representação do CEDSIF em juízo, feito ajustamento do Decreto que cria o CEDSIF, incluindo o seu estatuto orgânico, às normas legais previstas no Decreto 41/2018, de 23 de julho, tendo em consideração as suas especificidades funcionais e organizacionais.

Na comunicação e promoção de imagem da instituição, foram actualizadas as páginas de intranet e intranet, produzidos vídeos para TV corporativa (átrio), divulgados documentos estratégicos do CEDSIF, e, neste sentido, o CEDSIF participou na feira de Tecnologia MOZTECH 2019, reforçadas as ferramentas de comunicação interna e, por conseguinte, tornado os processos mais fluídos, participativos e transparentes. Ainda na componente de comunicação e visibilidade institucional, enquadrada na operacionalização do Memorando de Entendimento entre a Oxfam e o CEDSIF, está em preparação integrada a segunda edição do Programa radiofónico ABC de Finanças Públicas, e decorrem os trabalhos de aquisição de material de comunicação e visibilidade institucional para o ano 2019, no qual se inclui material FACIM.

2.4.2 Recursos Humanos

Caracterização dos Recursos Humanos

O CEDSIF contou com um efectivo de trezentos e treze **(313)** colaboradores. Destes, duzentos e dezassete **(217)** são do sexo masculino e noventa e seis **(96)** do sexo feminino, e quanto à distribuição por nível académico, género e estrutura etária, constata-se que a maior parcela do pessoal é composta por licenciados, no total de duzentos e quarenta e dois **(242)** colaboradores, o equivalente à **77,32%**, e a faixa etária mais significativa é de **31-40** anos, com **164** colaboradores, o que correspondente a **52,39%** do efectivo global da instituição, conforme ilustram as tabela **4 e 5** abaixo.

Tabela 4: Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Nível Académico e Género

Nº de ord.	Unidade Orgânica	Nível Académico																								
		Mestrado			Licenciatura			Bacharel			Médio Profissional			Médio Geral			Basico			Elementar			Total Geral			
		F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	%
1	AJ	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0,64
2	UCI	1	1	2	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1,28
3	DAF	0	0	0	4	4	8	0	0	0	2	2	4	1	2	3	1	4	5	0	5	5	8	17	25	7,99
4	DAU	0	0	0	1	2	3	0	0	0	6	1	7	1	2	3	0	0	0	0	0	0	8	5	13	4,15
5	Delegações	0	1	1	2	22	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	23	25	7,99	
6	DG	0	1	1	3	2	5	0	2	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	4	5	9	2,88	
7	DRH	1	0	1	5	2	7	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2	9	2,88	
8	Escola	0	1	1	3	2	5	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	4	5	9	2,88
10	UCGP	1	2	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1,28	
10.1	Projecto e-Tributação	0	0	0	1	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	7	2,24	
10.2	Projecto INAS	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	1,28	
10.3	Projecto MPE	0	0	0	5	9	14	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	6	9	15	4,79	
10.4	Projecto SCI	0	0	0	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1,28	
10.5	Projecto SGIFP	0	0	0	0	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	1,92	
10.6	Projecto SINAGEC	0	0	0	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1,28	
10.7	Projecto SNGRH	0	0	0	3	9	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	9	12	3,83	
10.8	Projecto SISMP	0	0	0	2	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	1,92	
10.9	Projecto SPO	0	0	0	2	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	1,92	
10.10	Projecto SGA	0	0	0	3	10	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	10	13	4,15	
11	SCI	1	0	1	3	6	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	10	3,19	
12	SDSI	0	0	0	6	31	37	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	32	38	12,14	
13	SO	0	0	0	4	23	27	0	0	0	1	2	3	0	4	4	0	0	0	0	0	5	29	34	10,86	
14	SOM	2	0	2	10	10	20	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	13	11	24	7,67	
15	SQC	1	0	1	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5	1,60	
16	SSSI	1	0	1	1	3	4	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	1,92	
17	UGEA	1	0	1	5	2	7	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	6	3	9	2,88	
18	UGSI	0	1	1	1	4	5	0	0	0	1	2	3	0	1	0	0	0	0	0	0	2	8	10	3,19	
	Total	9	7	16	68	177	246	0	4	4	12	8	20	5	10	14	0	5	6	0	6	96	217	313	100,00	

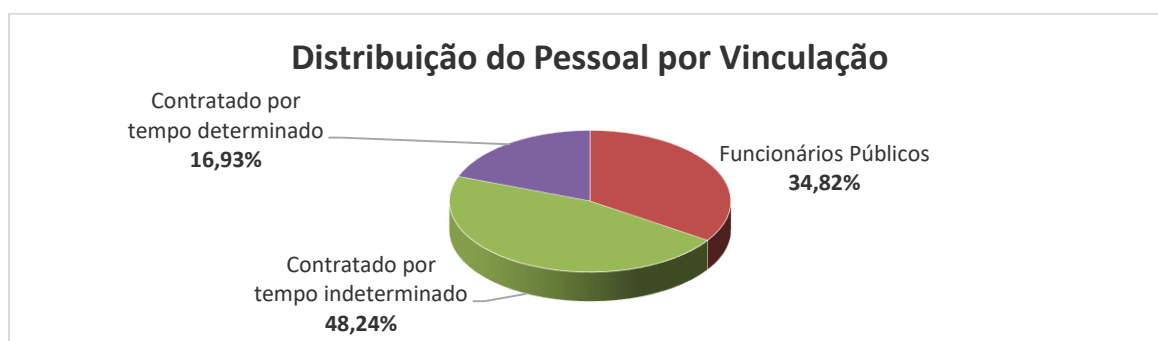
Tabela 5: Distribuição do Efectivo Faixa Etária por Unidade Orgânica

Nível Académico / Gênero	Faixas Etárias																					
	18-25			26-30			31-40			41-50			51>60			61»			Total Geral			
	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	%
Mestrado	0	0	0	0	0	0	6	6	12	2	1	3	0	3	3	0	0	0	8	10	18	5,75
Licenciatura	1	13	14	6	32	38	37	92	129	20	31	50	3	5	8	1	1	2	68	174	242	77,32
Bacharelado	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	3	4	1,28
Médio Profissional	0	0	0	0	4	4	5	3	8	6	0	6	1	1	2	0	0	0	12	8	20	6,39
Médio Geral	1	0	1	0	1	1	3	8	11	1	1	2	1	2	3	0	0	0	6	12	18	5,75
Básico	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	3	4	0	0	0	1	4	5	1,60
Elementar	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0		2	2	0	3	3	0	6	6	1,92
Total	2	13	15	6	37	43	52	112	164	29	34	62	6	17	23	1	4	5	96	217	313	100,00

Natureza do Vínculo laboral do Pessoal

O CEDSIF incorpora pessoal com duas formas de vinculação, uma por contrato (determinado e indeterminado) e outra por provimento (funcionários). Do universo de **313** colaboradores, cinquenta e três (**53**), correspondentes a **16,93%** do pessoal contratado é por tempo determinado, cento e cinquenta e um (**151**), equivalente a **48,24%**, é por tempo indeterminado e cento e oito (**109**), correspondente a **34,82%**, são Funcionários Públicos, conforme o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Distribuição do Pessoal por Vinculação



No âmbito de execução do PAO 2019, foi fortalecida a capacidade técnica dos colaboradores, em produção instrumento de trabalho, bem como em processo trabalhos de gestão de recursos humanos, sendo que:

- Beneficiaram de capacitação **130** colaboradores, de entre os quais, técnicos e quadros de direcção, chefia e confiança, dos quais **10** em Excel Avançado, **12** em Excel Intermédio, **4** em Check Point, **2** em Clustered Data ONTAP, **5** em CISM, **30** em Planeamento Estratégico, 6 em matérias de formação de Formadores e **61** em Primeiros Socorros, no combate a incêndios e evacuação de emergência Face às capacitações, espera-se que os técnicos tenham elevado a sua capacidade técnica e, por conseguinte, venham prestar melhor serviço à Instituição;

- Está a decorrer o processo de avaliação de desempenho anual referente ao ano de 2018, no âmbito do controlo e acompanhamento das tarefas contidas nos planos de actividades das Unidades Orgânicas, incluindo as delegações; e

Foram tramitados para o Tribunal Administrativo para efeitos de fiscalização prévia 7 processos administrativos, dos quais 3 já com visto referente a novo contrato de trabalho e renovação de contratos, 3 de transferência e 1 aguarda visto de renovação de contrato.

2.4.3 Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

O Plano Anual de Aquisições (PAA) 2019, instrumento de gestão de contratações públicas para aquisição de bens e serviços, inicialmente previa 70 contratações, incluindo os transitados de 2018, tendo sido actualizado para 83. Esta variação resultou em parte da desagregação de algumas contratações para melhor adequação aos procedimentos de contratação e também da inclusão de outras não previstas inicialmente.

Na execução do Plano Anual de Aquisições (PAA) foram aplicadas as modalidades de contratação competitiva e de ajuste directo, tendo sido celebrados 29 contratos, 6 adendas e 13 prorrogações, conforme ilustra a tabela 5.

Na execução do Plano Anual de Aquisições (PAA) foram aplicadas as modalidades de contratação competitiva e de ajuste directo, tendo sido celebrados 29 contratos, 6 adendas e 13 prorrogações, conforme ilustra a tabela 5.

Tabela 5: Modalidades de Contratação de Janeiro a Junho de 2019

Período	Modalidade de Contratação	Quantidade
Transitados de 2018	Concursos Lançados	15
	Ajuste Directo Lançados	1
	Sub-total (A)	16
2019	Concursos Lançados	21
	Ajuste Directo Lançados (incluindo adesões)	12
	Concursos por lançar	14
	Ajuste Directo por lançar	20
	Sub-total (B)	67
Total (C=A+B)		83
2019	Contratos Celebrados	29
	Adendas a Contratos	6
	Prorrogações	13
	Total (D)	48

Refira-se que a opção pela contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada, ocorrendo apenas em casos de falta de empresas alternativas para aquisição de bens e serviços. Sendo que foi opção da instituição na contratação de empresas para, nomeadamente, prestarem serviços de manutenção de viaturas, telecomunicação móvel e fixa, contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos, incluindo estacionamento de viaturas, contratação do arrendamento de armazém, bem como nas de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água, e face ao registo de concursos desertos.

Tabela 6: Concursos e Ajustes Directos lançados em 2019 (excluindo os transitados de 2018)

Modalidade	Fundamentação da Modalidade	Nº	Valor Agregado (MT)	%
Ajuste Directo	Manutenção de viaturas pelos agentes, contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos e estacionamento de viaturas, contratação do arrendamento de armazém, contratação de serviços de comunicação móvel e fixa com especial enfoque para rede do e-SISTAFE, nos contratos de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água, e face aos concursos desertos.	6	8.570.283,79	14%
Concursos	Regime Geral	6	52.115.000,00	86%
Total		12	60.685.283,79	100%

2.4.4 Componente Orçamental

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício económico de 2019 foi de **578.358.490,00 MT**, tendo registado um acréscimo no valor **235.240.999,93MT** e, por conseguinte, numa dotação orçamental actualizada de **813.599.489,93 MT**, em resultado de inscrição de saldos transitados do exercício económico do ano 2018 para 2019, de transferências das dotações orçamentais às Delegações Provinciais, e reforço da dotação dos recursos do Tesouro para o Projecto Sistema de Informação de Gestão de Finanças Públicas (SIGFP).

A dotação orçamental actualizada, ao longo do 1º semestre, teve uma execução acumulada no valor de **307.588.701,56MT**, o equivalente a **37,81%**.

2.4.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas **15** sessões, das quais **11** Ordinárias e **4** Extraordinárias. As Sessões Ordinárias obedeceram ao calendário das sessões do Conselho de Direcção de 2019, cumprindo-se assim com o programa. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que sumarizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas que constam de Matrizes para Acompanhamento das Decisões e Orientações do Conselho de Direcção, as quais foram devidamente assinadas e arquivadas. Das sessões realizadas, foram emanadas **122** recomendações, dentre estas **103** são de Sessões Ordinárias e **19** das Extraordinárias, para dinamizar a materialização das acções inscritas no PAO 2019.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1 Orçamento

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício de 2019 foi de **578.358.490,00 MT**, tendo passado para **813.599.489,93 MT**, o que representa um acréscimo de **235.240.999,93MT**, equivalente a **40,67%** da inicial, face ao reforço da dotação dos recursos do Tesouro para cobrir despesas específicas do projecto Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP), bem com inscrição de saldos transitados do exercício económico do ano 2018 para 2019 e de transferências das dotações orçamentais às Delegações Provinciais do CEDSIF, conforme a tabela 7.

Tabela 7: Mapa da Variação Orçamental e Financeira de 2019

Unidade: MT

	Dotação Inicial		Dotação Actualizada		Variação da Dotação	
Fonte de Recurso	Valor da Dotação Inicial (1)	Peso	Valor da Dotação Actualizada (2)	Peso	Valor da Variação da Dotação (3=2-1)	Peso
101 RT	258.141.130,00	45%	286.851.805,60	35%	28.710.675,60	12%
111CEDSIF	130.679.630,00	23%	121.176.022,72	15%	(9.503.607,28)	-4%
Total Componente Interna	388.820.760,00	67%	408.027.828,32	50%	19.207.068,32	8%
133FCSISTAFE	153.740.560,00	27%	252.970.310,59	31%	99.229.750,59	42%
134BEL-CEDSIF		0%	6.345.000,00	1%	6.345.000,00	3%
134IRLCEDSIF		0%	9.436.696,84	1%	9.436.696,84	4%
134UE -CEDSIF2		0%	111.667.674,87	14%	111.667.674,87	47%
134UE -CEDSIF	35.797.170,00	6%	25.151.979,31	3%	(10.645.190,69)	-5%
Total Componente Externa	189.537.730,00	33%	405.571.661,61	50%	216.033.931,61	92%
Global	578.358.490,00	100%	813.599.489,93	100%	235.240.999,93	100%

A dotação actualizada é composta por **50%** da componente Interna (Recursos do Tesouro e Receitas Próprias) e **50%** componente Externa (Recursos de Parceiros de Fundo comum e da União Europeia), conforme ilustrado na Tabela 8.

3.2. Saldo Inicial

O CEDSIF transitou do exercício económico do ano de 2018 para 2019 com saldo financeiro de **384.648.964,69MT**, tal como ilustra a tabela 8 seguinte.

Tabela 8: Mapa de Saldo Inicial

Unidade: MT			
Descrição	Valores	Câmbio	Valores MT
Valores em MZM			200.969.931,64
Tesouro - MZN (133FCSISTAFE - MT)	75.637.680,57	1,00	75.637.680,57
Tesouro - MZN 134UE	25.191.833,98	1,00	25.191.833,98
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 53737613101 80	12.631.115,92	1,00	12.631.115,92
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 14712476101 80			-
BIM - CEDSIF - MZN Conta 0001 0000 00000756698 57	377.655,00	1,00	377.655,00
111CEDSIF-Receitas Próprias	65.258.717,64	1,00	65.258.717,64
134BEL-CEDSIF	6.345.454,93	1,00	6.345.454,93
134IRLCEDSIF	9.437.592,84	1,00	9.437.592,84
134BEL-CDSIF2	6.089.880,76	1,00	6.089.880,76
Valores em USD			179.808.364,28
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	880.960,36	61,46	54.143.823,73
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	2.044.655,72		125.664.540,55
Valores em EURO - Tesouro			3.870.668,78
Tesouro - Eur 133FCSISTAFE	50.990,39	70,37	3.588.193,74
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	4.014,14	70,37	282.475,03
Global			384.648.964,69

3.3. Entradas

Durante o período em análise, o CEDSIF recebeu recursos financeiros no valor de **424.895.776,42MT**, provenientes das seguintes fontes:

- **219.825.629,69MT**, de recursos de tesouro;
- **119.114.458,31MT**, respeitante ao desembolso da Dinamarca;
- **9.887.113,71MT**, relativos a diversas entradas e diferenças cambiais; e
- **76.068.574,72MT**, de receitas próprias ilustradas na tabela 9.

Tabela 9: Receitas Próprias 2019

Unidade: MT

Receitas Próprias-CEDSIF 2018	Previsão Inicial das Receitas Própria (1)	Variação Orçamental (2)	Previsão Actualizada das Receitas Própria (3=1+2)	Valores Cobradas (4)	Saldo (5=3-4)	Grau de Execução (6=4/3)
Letshego	46.373.907,36		46.373.907,36	20.085.500,00	26.288.407,36	43%
Movitel	162.000,00		162.000,00	162.000,00	-	100%
Banco +	5.490.649,44		5.490.649,44	3.829.930,00	1.660.719,44	70%
BayPort	51.564.151,43		51.564.151,43	30.124.300,00	21.439.851,43	58%
MozaBanco (Renda)	487.662,84		487.662,84	203.192,85	284.469,99	42%
MozaBanco (Transações)				391.518,57	(391.518,57)	
INTIC (INAGE) (Renda)	487.662,84		487.662,84	110.000,00	377.662,84	23%
TA (Renda)	487.662,84		487.662,84	-	487.662,84	0%
BCI	16.538.375,57		16.538.375,57	9.215.350,00	7.323.025,57	56%
Escola do CEDSIF	903.093,94		903.093,94	71.067,00	832.026,94	8%
Venda de Cadernos de Encargo	24.000,00		24.000,00	-	24.000,00	0%
Projecto ARCA-e				-	-	
INAS (OIT)	2.369.877,68		2.369.877,68	-	2.369.877,68	0%
Projecto SGNRHE				-	-	
ISSM	1.500.000,00		1.500.000,00	-	1.500.000,00	0%
BANCO OPORTUNIDADE	2.941.469,51		2.941.469,51	8.954.070,00	(6.012.600,49)	304%
BIM	1.349.116,54		1.349.116,54	2.630.580,00	(1.281.463,46)	195%
Outros Proveitos Financeiros (Juros)			-	191.066,30	(191.066,30)	
Transferência as DPEF's		(9.503.607,28)	(9.503.607,28)	-	(9.503.607,28)	0%
Xtenda Finanças			-	100.000,00	(100.000,00)	
Saldo transitado de 2017 para 2018			-	-	-	
TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS	130.679.630,00	(9.503.607,28)	121.176.022,72	76.068.574,72	45.107.448,00	62,78%

3.4. Execução Orçamental

Com uma dotação actualizada de **813.599.489,93MT**, durante o período de Janeiro a Junho do exercício económico de 2019, o CEDSIF executou **307.588.701,56MT**, correspondente a **37,81%** da dotação acima referida, conforme ilustra tabela 10 seguinte.

Tabela 10: Mapa da Execução Orçamental e Financeira de 2019

Unidade: MT

	Dotação Actualizada		Execução		Saldo Orcamental	
Fonte de Recurso	Valor da Dotação Actualizada (1)	Peso	Valor de Execução (2)	Peso	Dotação Disponível (3=1-2)	Execução Orçamental (4=2/1)
101 RT	286.851.805,60	35%	219.825.629,69	71%	67.026.175,91	76,63%
111CEDSIF	121.176.022,72	15%	44.483.645,37	14%	76.692.377,35	36,71%
Total Componente Interna	408.027.828,32	50%	264.309.275,06	86%	143.718.553,26	64,78%
133FCSIST AFE	252.970.310,59	31%	24.781.117,20	8%	228.189.193,39	9,80%
134BEL-CEDSIF	6.345.000,00	1%	2.729.740,76	1%	3.615.259,24	43,02%
134IRLCEDSIF	9.436.696,84	1%	2.922.979,30	1%	6.513.717,54	30,97%
134UE -CEDSIF2	111.667.674,87	14%	1.945.421,57	1%	109.722.253,30	1,74%
134UE -CEDSIF	25.151.979,31	3%	10.900.167,67	4%	14.251.811,64	43,34%
Total Componente Externa	405.571.661,61	50%	43.279.426,50	14%	238.318.170,17	10,67%
Global	813.599.489,93	100%	307.588.701,56	100%	506.010.788,37	37,81%

Tabela 11: Execução Por Classificação Económica da Despesa

Unidade: MT									
Descrição	Dotação Inicial (1)		Dotação Atualizada (2)		Execução (3)		Saldo Orçamental (4=2-3)		Grau de Execução (5=3/2)
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
Salário e Remunerações	286.389.300,00	49,52%	296.005.230,73	36,38%	235.679.696,13	76,62%	60.325.534,60	11,92%	79,62%
Demais Despesas Com Pessoal	14.815.940,00	2,56%	11.245.990,00	1,38%	1.609.689,35	0,52%	9.636.300,65	1,90%	14,31%
Bens	15.682.700,00	2,71%	10.257.201,47	1,26%	2.291.897,44	0,75%	7.965.304,03	1,57%	22,34%
Serviços	232.918.450,00	40,27%	363.079.484,47	44,63%	39.856.350,80	12,96%	323.223.133,67	63,88%	10,98%
Subsidio de Funeral	50.000,00	0,01%	50.000,00	0,01%	30.000,00	0,01%	20.000,00	0,00%	60,00%
Restituição de receitas	0,00	0,00%	100.000,00	0,01%	0,00	0,00%	100.000,00	0,02%	0,00%
Obras	0,00	0,00%	14.962.794,60	1,84%	7.436.888,93	2,42%	7.525.905,67	1,49%	49,70%
Maquinas, Equipamento e Mobiliário	27.432.100,00	4,74%	104.113.630,55	12,80%	20.279.537,34	6,59%	83.834.093,21	16,57%	19,48%
Meios de Transporte	0,00	0,00%	7.672.427,26	0,94%	0,00	0,00%	7.672.427,26	1,52%	0,00%
Demais Despesas de Capital	1.070.000,00	0,19%	6.112.730,85	0,75%	404.641,56	0,13%	5.708.089,29	1,13%	6,62%
TOTAL	578.358.490,00	100,00%	813.599.489,93	100,00%	307.588.701,55	100,00%	506.010.788,38	100,00%	37,81%

Salários e Remunerações

No período de Janeiro a Junho de 2019, foi executado o valor de **235.679.696,13MT**, o que corresponde a **76,62%** do peso total da execução e **79,62%** da execução da rubrica de salários e remunerações do pessoal nacional.

Destacar que, apesar dos reforços que o orçamento tem tido, será ainda necessário reforço orçamental para garantir a execução de despesas no período de seis meses seguinte, nomeadamente para as rubricas de salários e remunerações no valor de **175.642,825,55 MT** e despesas do sistema no valor de **243.182.314,71 MT**, o que totaliza o valor de **418.825.140,26 MT**.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução desta rubrica foi de **1.609.689,35 MT**, o que corresponde a **uma execução de 14.31% do valor anual**, sendo que a maior despesa realizada foi o pagamento de ajudas de custos e serviços para a formação dos colaboradores do Gabinete de Gestão de Risco.

Bens

Esta componente de despesas compreende combustível, bens para manutenção de móveis e imóveis e material de consumo para escritório, teve uma execução total de **2.291.897,44 MT**, o que corresponde a **22.34%** da execução da sua rubrica.

Serviços

A rubrica de serviços agrega pagamento de despesa de manutenção, reparação de bens imóveis, consultoria especializada e rendas. A sua execução foi de **39.856.350,8 MT** o que corresponde a **12,96 %** do peso total da execução e **10,98%** da execução da sua rubrica. De referir que grande parte das despesas previstas a executar nas rubricas de bens e serviços estão dependentes de concursos públicos.

Subsídio de Funeral

A rubrica de subsídio de funeral foi execução em **20.000,00MT** o que corresponde a **60%** da execução da sua rubrica.

Obras

Esta componente de despesas compreende reabilitação da sobre loja, sala de motoristas e contro social, teve uma execução total de **7.436.888,93 MT**, o que corresponde a **2.42%** do peso total da execução do orçamento e **49.70%** da sua rubrica.

Máquinas, Equipamento e Mobiliário

Esta componente de despesas compreende aquisição de equipamento, teve uma execução total de **20.279.537,34MT**, o que corresponde a **6.59%** do peso total da execução do orçamento e **19.48%** da sua rubrica.

3.5. Saldo Financeiro a 30 de Junho de 2019

O CEDSIF transitou do exercício económico de 2018 para 2019 com saldo financeiro de **384.648.964,69 MT**, no período de Janeiro a Junho de 2019 registou entradas financeiras de **424.895.776,42MT**, dos quais **415.187.867,22MT** são de Desembolsos, **8.264.604,22MT** de diversas entradas e **1.443.304,99MT** de diferenças cambiais, o que totalizou **809.544.741,11MT** de recursos financeiros. Destes recursos, realizou despesas no valor de **307.588.701,56MT** e saídas de **11.759.010,56MT**, derivados de transferências e devoluções de valores de relativos às garantias bancárias, o que totaliza **319.347.712,02MT**. Sendo que o saldo do CEDSIF, a 30 de Junho de 2019, foi de **490.197.029,09MT**, face ao valor de recursos financeiros globais disponíveis no 1º semestre que foram de **809.544.741,11MT**, conforme ilustra tabela 12, abaixo, e o saldo referido está reflectido na tabela 13 por fonte de recurso.

Tabela 12: Saldo Financeiro do CEDSIF

Unidade: MT

Origem		Aplicação	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Saldo Inicial (1)	384,648,964.69	Despesas (1)	307,588,701.56
Entradas (2)	424,895,776.42	Outras saídas (2)	11,759,010.46
<i>Desembolsos (2.1)</i>	415,187,867.22		
<i>Demais Entradas (2.2)</i>	8,264,604.22		
<i>Diferenças (2.3)</i>	1,443,304.99		
SUBTOTAL (3=1+2)	809,544,741.11	SUBTOTAL (3=1+2)	319,347,712.02
		Saldo Favoravel (4)	490,197,029.09
GLOBAL (5=3+4)	809,544,741.11	GLOBAL (5=3+4)	809,544,741.11

Tabela 13: Saldo por Fonte de Recurso a 30 de Junho de 2019

Unidade: MT

Descrição	TOTAL
Valores em MZM	-
Tesouro - MZN (133FCSISTAFE - MT)	55.268.911,13
Tesouro - MZN 134UE	14.291.666,31
Tesouro - MZN 134UE2	-
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 53737613101 80	9.433.250,83
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 14712476101 80	-
BIM - CEDSIF - MZN Conta 0001 0000 00000756698 57	-
111CEDSIF-Receitas Próprias	100.647.257,26
134BEL-CEDSIF	3.345.454,93
134IRLCEDSIF	6.514.613,34
134BEL-CDSIF2	12.761.222,56
101RT	-
Valores em USD	-
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	165.190.787,40
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	118.932.914,46
Valores em EURO - Tesouro	-
Tesouro - Eur 133FCSISTAFE	3.606.040,38
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	204.910,49
Global	490.197.029,09

4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

O Plano de Actividades e Orçamento de 2019 prevê **87** actividades, dentre as quais **55** a executar durante 12 meses, **8** a realizar em **9** meses, **8** em 6 meses e **16** em 3 meses. Para o 1º semestre do exercício económico de 2019, de acordo com a matriz de controlo de execução de actividades do PAO 2019, estava previsto que iniciassem **73** actividades, mas tiveram início **71**, o equivalente **94,4%** do universo programado para o primeiro semestre, conforme ilustra a tabela 14. Refira-se que no 1º semestre estava previsto que terminassem algumas actividades.

Tabela 14: Dinâmica de Execução das Actividades do PAO 2019

Por Objectivo Estratégico	Actividades do PAO 2019 (A)	A iniciar 1º Semestre (B)	Iniciadas (C)	D D = C/B
A. Consolidar a Reforma do SISTAFE	20	18	18	
B. Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE	15	10	10	
C. Apoiar Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE	7	5	5	
D. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF	45	40	38	
Total	87	73	71	
Grau Percentual (%)	100%	83,90%	81, 61%	97.26%

Analisando o grau das realizações registadas no 1º semestre, mantendo o ritmo, é previsível um bom desempenho, considerando que das actividades previstas a iniciar apenas **2,29%** não foram realizadas. Refira-se que a maior parte das actividades em execução, por objectivo e ordem decrescente, garantiu o funcionamento da instituição, consolidação da reforma e implementação o SISTAFE. Contudo, embora programadas para iniciar no 1º semestre, não foram realizadas **2** actividades cujo horizonte temporal de execução de cada é de **3** meses, e são as seguintes:

- Enquadrar o pessoal do CEDSIF em Carreiras Profissionais; e
- Realizar quatro (4) auditorias de controlo da aplicabilidade, adequabilidade, e eficácia do SGSI.

Estas actividades não foram executadas por falta de instrumentos legais quanto ao enquadramento do pessoal e relativamente às auditorias em virtude destas terem sido integradas à auditoria interna aos processos críticos da organização.

5. PERSPECTIVAS PARA O 3º TRIMESTRE

As perspectivas de execução do PAO 2019 no 3º trimestre estão focalizadas na conclusão das actividades já iniciadas, no âmbito da execução Plano Estratégico 2014-2019, com prioridade para a melhoria dos Módulos existentes no e-SISTAFE, desenvolvimento dos Módulos previstos na Lei do SISTAFE e das acções que materializam os resultados definidos por objectivo estratégico, incluindo o apoio na implantação de Sistemas Complementares ao e-SISTAFE. As actividades programadas são as seguintes:

Consolidar a Reforma do SISTAFE

- Reforçar e/ou criar laboratórios do e-SISTAFE a nível nacional para assegurar que as UGE sem equipamento do e-SISTAFE executem a despesa por via directa;
- Actualizar os conteúdos Programáticos das Formações e reciclagem dos utilizadores do e-SISTAFE;
- Dar continuidade à formação e reciclagem dos utilizadores do e-SISTAFE;
- Prosseguir com às acções de melhoria do SISTAFE focalizadas nos processos de Negócio, com incidência na:
 - ✓ Implementação do Plano de Acção de Revisão dos Perfis de Acesso ao e-SISTAFE (e-CAF/e-Folha, II Fase);
 - ✓ Identificação e implementação de melhorias correctivas e evolutivas dos módulos existentes no e-SISTAFE, incluindo a provisão de condições para funcionamento do e-SISTAFE;
 - ✓ Aprimoramento das funcionalidades de Retenção da Fonte e de processamento e pagamento de salários;
 - ✓ Desenvolvimento das funcionalidades de acompanhamento de transferência da Receita de Multas da Conta de Receita de Terceiros das Direcções Provinciais de Economia e Finanças (DPEF) e a nível Central, para CUT; de modo a permitir que estas informações façam parte dos balanços e relatórios da Conta Geral do Estado; criação de funcionalidades de consulta de auditoria;
- Consolidar a Infraestrutura de Tecnologias de Informação do Centro de Dados e adaptar os processos de operação e manutenção, por via da manutenção dos Centros de Dados do CEDSIF; e

- Preparar a realização da II Reunião Nacional do SISTAFE (RNS), no âmbito do fortalecimento dos mecanismos de auscultação e interacção com os utilizadores, parceiros, academia e sociedade civil, em matéria de finanças públicas.

Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE

- Operacionalizar e expandir as funcionalidades do Subsistema do Património do Estado, para 607 Unidades Orgânicas;
- Desenvolver o Sistema informático de suporte ao Subsistema de Planificação e Orçamentação designado por Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO);
- Finalizar o Manual de Planificação e Orçamentação (MPOR) e o Manual Operacional do MPO;
- Conceber e desenvolver as funcionalidades da aplicação informática do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), devendo, nomeadamente, iniciar a expansão do e-SNGRHE, através do processo de preparação/configuração das máquinas para acederem ao e-SNGRHE em alguns sectores; concluir e implementar as funcionalidades do Módulo de Administração de Pessoal (MAP); concluir a implementação do Módulo de Avaliação de Desempenho (MAD); desenvolver e implementar o Módulo de Elaboração de Quadro de Pessoal (MEQP); e desenvolver e implementar o Módulo de Recrutamento e Selecção (MRS);
- Desenvolver as funcionalidades para a gestão do IRPS, IRPC, Impostos sobre a Produção Mineira e de Petróleo, Imposto sobre Superfície, e Taxa sobre Combustíveis; e
- Conceber e desenvolver a Componente de Gestão Financeira Autárquica (GFA) do Sistema de Gestão Autárquica (SGA), basicamente, a operacionalização das funcionalidades de Elaboração do Plano e Orçamento; Registo e Controlo das Entidades; Gestão da Receita; Gestão de Recursos Humanos e Pagamento de Salários; e Execução do Orçamento por meio da Conta Única Autárquica (CUA).

Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Continuar o desenvolvimento da aplicação do Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção (SINAGEC) e disponibilizá-la na rede e-SISTAFE;

- Fazer a manutenção do Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB) por via de melhorias e correcções ao SGB e disponibilização na rede do e-SISTAFE; e
- Implementar as funcionalidades de apoio do Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP), e elaborar o Manual de Apoio ao Utilizador.

Funcionamento e Desenvolvimento do CEDSIF

- Expandir o Sistema de Gestão de Incidentes (GLPI) aos usuários por via de *link* nas no e-SISTAFE, dando-lhes a possibilidade de registar as respectivas solicitações em tempo real;
- Actualizar, consoante a evolução, as tecnologias de informação e comunicação (TIC);
- Elaborar e aprovar o Plano Estratégico do CEDSIF para o período 2020-2024;
- Elaborar e implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Recursos Humanos do CEDSIF;
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) baseado na Norma ISO 9001, assegurando a conclusão da implementação dos processos e consolidação dos já implementados, avaliar a satisfação dos *stakeholders*, realizar Auditorias Interna ao SGQ e a Externa relativa à Certificação ao Sistema de Gestão da Qualidade do CEDSIF;
- Estabelecer o Sistema de Gestão de Segurança da Informação em conformidade com a norma ISO 27001, com destaque para a realização de quatro (4) auditorias internas de controlo da aplicabilidade, adequabilidade, e eficácia do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI); continuação da garantia da segurança de infraestrutura de TI (lógico e físico) e revisão independente do SGSI;
- Estabelecer e implementar o modelo de gestão de risco em conformidade com as normas ISO 27005, ISSO 31000, COBIT, e COSO-ERM; e
- Elaborar as propostas técnicas e financeiras relativas às novas solicitações, monitorar e avaliar os produtos e serviços, no âmbito da melhoria da gestão do relacionamento e da capacidade de resposta às solicitações das instituições públicas, bem como de gestão de oportunidades, prestação de serviços e atendimento ao cliente.

6. ANEXOS

Anexo I: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Actividades de 2019.

Anexo II: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços para 2019.

Anexo III: Mapa de UGB Descentralizadas em 2019.

Anexo IV: Mapa das Capacitações Ocorridas no 1º Semestre